



Cimeira dos BRICS - Teve lugar na cidade chinesa de Xiamen, entre os dias 3 e 5 de setembro, a Cimeira do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Juntos, estes cinco países representam cerca de 40% da população mundial, mais de 22% da economia global e 25% do território do planeta. [Pag 2](#)

João Lourenço toma Posse como Presidente de Angola - As eleições gerais de Angola, realizadas a 23 de agosto, que contaram com uma taxa de participação de 76,3% dos eleitores recenseados, deram a vitória ao MPLA que obteve 61,07% dos votos, o que correspondeu a 4.167.157 votos, o que lhe permitiu eleger 150 deputados. Com estes resultados, João Lourenço foi eleito Presidente da República de Angola. [Pag 3/4/5](#)

Exploração de Gás Natural em Moçambique - Depois de vários adiamentos e algumas dúvidas, o Governo moçambicano assinou, em agosto, com o consórcio liderado pela multinacional italiana ENI e pela norte-americana Anadarko, os contratos referentes à concessão do terminal marítimo de Gás Natural Liquefeito nas Áreas 1 e 4 da Bacia do Rovuma, no norte do país. [Pag 6](#)

Supremo Tribunal Queniano anula Eleições - Na sequência da contestação feita pela oposição e das provas apresentadas, o Supremo Tribunal do Quênia anulou os resultados das eleições presidenciais de 8 de agosto que tinham dado a vitória a Uhuru Kenyatta. [Pag 7](#)

Eleições Presidenciais na Libéria - Um total de 20 candidatos concorreram às presidenciais de 10 de outubro na Libéria, marcadas pela ausência da Presidente cessante e Nobel da Paz Ellen Johnson Sirleaf que, por motivos constitucionais, não pode participar na corrida. [Pag 8](#)

A Situação Alimentar em África - De acordo com o relatório das Nações Unidas sobre a situação alimentar no mundo em 2016, apresentado pela FAO, agência que se ocupa dos assuntos relacionados com a alimentação e agricultura, a fome aumentou depois de mais de uma década a diminuir. Segundo a FAO, em 2016, cerca de 815 milhões de pessoas foram afetadas pela fome, o que representa mais 38 milhões em relação a 2015. [Pag 9](#)

Acordo em Moçambique sobre a eleição dos Governadores - O processo de paz em Moçambique conheceu um avanço significativo a 23 de setembro quando o Governo de Maputo e a RENAMO chegaram a um acordo sobre uma das principais questões de desentendimento, a eleição dos governadores provinciais. [Pag 10](#)

Presidente da RAC pede Reforço da MINUSCA - O Presidente da República Centro Africana (RAC), Faustin Archange Touadéra, apelou, em setembro durante a Assembleia Geral da ONU, a um reforço dos efetivos militares que compõem a Missão de Manutenção de paz da ONU na República Centro-Africana (MINUSCA). [Pag 10/11](#)

XI Congresso da FRELIMO - A FRELIMO realizou, entre os dias 26 de setembro e 1 de outubro, o seu XI congresso. Sob o lema "Unidade, Paz e Desenvolvimento", este congresso assumiu especial importância devido às mudanças que se esperavam que viesse a introduzir e ao momento particular em que vive Moçambique, que apesar da crise económica, a crise das dívidas ocultas, poderá ter um futuro bastante risonho fruto da exploração do gás natural. [Pag 11](#)

Choque entre Anglófonos e Francófonos nos Camarões - A convivência entre anglófonos e francófonos nos Camarões voltou a degradar-se com novas ameaças de independência por parte da zona anglófona. [Pag 12](#)



Cimeira BRICS

■ Luís Castelo Branco

Teve lugar na cidade chinesa de Xiamen, entre os dias 3 e 5 de setembro, a Cimeira do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Juntos, estes cinco países representam cerca de 40% da população mundial, mais de 22% da economia global e 25% do território do planeta.

A grande aposta dos líderes destes cinco países é a de reforçar, ainda mais, o peso que os BRICS já têm a nível mundial, apostando no sistema de comércio multilateral e evitando o protecionismo. Nos últimos dez anos, o Produto Interno Bruto (PIB) combinado destes cinco países cresceu 179%, o comércio aumentou 94% e a população urbana cresceu 28%, contribuindo de uma forma direta para o crescimento da economia mundial.

Apesar de África estar apenas representada por um país, a África do Sul, os efeitos positivos desta participação fazem-se sentir em todo o continente. Os BRICS têm promovido uma crescente cooperação sul-sul, o que tem criado canais alternativos de crescimento económico que tem favorecido os países africanos através de novas oportunidades que não passam pela tradicional ligação aos países ocidentais.

Na altura em que foi criado este grupo, havia a convicção generalizada que quatro destes países, nomeadamente, o Brasil, a China, a Índia e a Rússia, seriam das maiores economias do mundo em meados deste século. A África do Sul, que aderiu a este grupo em 2010, era considerada a grande potência em termos africanos, podendo mesmo a vir a assumir o papel de líder continental.

Porém, passados vários anos, esta aposta não se confirmou totalmente. Embora a China, Índia e Rússia continuem a ser grandes atores internacionais, a margem de influência, nomeadamente regional, de países como o Brasil e a África do Sul diminuiu, em grande medida devido a problemas internos associados à instabilidade política.

Durante a Cimeira, as autoridades chinesas esforçaram-se para transmitir uma imagem de confiança no futuro papel que os BRICS poderão desempenhar enquanto motores da economia global. Pequim pretendeu não só reforçar o papel dos BRICS, como entidade capaz de mobilizar os países emergentes, mas também com a clara intenção de assumir a liderança do grupo num esforço destinado a reforçar, ainda mais, o protagonismo internacional da China.

Uma inovação deste encontro foi o facto de terem sido convidados alguns países para estarem presentes, nomeadamente, o Egito, o Quênia, o México, a Tailândia e o Tadjiquistão, demonstrando a determinação dos BRICS em agir como um grupo inclusivo.

O convite a estes países levantou a dúvida se os BRICS estariam a pensar em alargar o número de países aderentes. A China terá negado tal intenção, referindo que é normal que sejam convidados alguns países para estarem presentes, tal como sucedeu no encontro anterior, que se realizou em Goa, em que a Índia convidou o Bangladesh, Myanmar, Sri Lanka, Tailândia, Butão e Nepal.





João Lourenço toma Posse como Presidente de Angola

As eleições gerais de Angola, realizadas a 23 de agosto, que contaram com uma taxa de participação de 76,3% dos eleitores recenseados, deram a vitória ao MPLA que obteve 61,07% dos votos, o que correspondeu a 4.167.157 votos, o que lhe permitiu eleger 150 deputados. Com estes resultados, João Lourenço foi eleito Presidente da República de Angola.

Apesar desta vitória folgada, o MPLA desceu dos 71% obtidos nas eleições de 2012 e perdeu 25 deputados em relação à composição da anterior Assembleia Nacional.

Em segundo lugar ficou a UNITA, liderada por Isaías Samakuva, que conseguiu aumentar o seu resultado, obtendo 1.818.903 votos, o que correspondeu a 26,67% do total, com 51 deputados, quando nas eleições gerais de 2012 tinha conquistado 1.074.565 votos (18,7% do total) e eleito 32 deputados.

Em terceiro lugar ficou a Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE), liderada por Abel Chivukuvuku, que obteve 643.961 votos, o que correspondeu a 9,44% dos votos, e que lhe permitiu eleger 16 deputados. A CASA - CE duplicou o seu resultado eleitoral face às eleições de 2012 quando obteve 345.589 votos (6% do total) e eleger oitro deputados.

Em relação aos restantes partidos que conseguiram eleger deputados, o Partido de Renovação Social (PRS), liderado por Benedito Daniel, obteve 1,35%, o que correspondeu a 92.222 votos. Com este resultado perdeu um dos três deputados que tinha conquistado em 2012.

A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), que obteve 0,93%, o que correspondeu a 63.758 votos, apenas conseguiu eleger o seu líder, Lucas Ngonda, perdendo um dos dois deputados que tinha até agora.

A Aliança Patriótica Nacional (APN), liderada por Quintino Moreira, obteve 0,51%, o que correspondeu a 34.976 votos. Apesar de não ter conseguido eleger qualquer deputado, conseguiu ultrapassar a fasquia dos 0,5% e evitar assim a sua extinção.

As reações dos principais partidos da oposição face aos seus resultados foram diversas. A UNITA mostrou-se satisfeita com o seu crescimento eleitoral. Ao contrário, a CASA-CE, apesar do cresci-

mento eleitoral, ficou despontada com o seu resultado, uma vez que aspirava a assumir a liderança da oposição ultrapassando a UNITA nestas eleições.

Apesar do bom resultado eleitoral, a UNITA poderá enfrentar significativas mudanças nos próximos tempos. Antes das eleições o líder do Galo Negro, Isaías Samakuva, já havia anunciado que, independentemente dos resultados eleitorais, iria abandonar a liderança da UNITA. Samakuva está à frente dos destinos da UNITA desde o Congresso de 2003, que o elegeu para substituir Jonas Savimbi. Se não for convocado um congresso extraordinário para tratar da sucessão, o próximo só se realizará em 2019.

Ao nível de eventuais sucessores de Samakuva, os nomes que se perfilam são vários. Os mais destacados serão o atual vice-presidente do partido, Raul Danda ou o líder parlamentar Adalberto da Costa júnior.

Num segundo plano poderão surgir alguns dos elementos históricos da UNITA, nomeadamente, Abílio Kamalata "Numa". Antigo militar da UNITA, Numa esteve com Jonas Savimbi até ao fim. Apesar de ter já desempenhado o cargo de secretário geral do Galo Negro, Numa nunca se reviu na liderança de Samakuva.

Em 2015, tanto Numa como Paulo Lukamba Gato concorreram à liderança da UNITA, tendo sido derrotados por Samakuva que venceu de forma expressiva.

Apesar dos resultados terem sido divulgados oficialmente pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), todos os partidos da oposição que elegeram deputados contestaram os mesmos, alegando ter havido manipulação dos resultados no momento do apuramento final, nomeadamente, em 15 das 18 províncias angolanas.

Nesse sentido, os líderes destes partidos anunciaram, em conferência de imprensa, conjunta realizada a 3 de setembro, que consideravam inconstitucionais e ilegais os resultados eleitorais provinciais definitivos divulgados pela CNE.

A principal queixa prendeu-se com o facto de os resultados eleitorais não terem sido validados, ao nível das comissões eleitorais provinciais, onde os partidos da oposição tinham as suas representações.



Outra das queixas da oposição tinha a ver com o desaparecimento de urnas cheias de votos e a sua substituição por outras. Nesse sentido, todos eles apelaram à realização de novas eleições.

A Comissão Nacional de Eleições, através do seu Presidente, André da Silva Neto, rejeitou as críticas da oposição, reafirmando a transparência de todo o processo e a legalidade dos resultados. Segundo Silva Neto, os partidos deveriam ter apresentado as suas queixas no momento e local oportunos, coisa que não fizeram, pelo que estranhava que, conhecidos os resultados, viessem agora a contestá-los.

Para tentar ultrapassar esta situação de impasse, os partidos da oposição propuseram a criação de uma Comissão de Bons Ofícios da Sociedade Civil e das Igrejas para apurar a veracidade dos factos e decidir sobre a validade do processo eleitoral.

Se, num primeiro momento, a UNITA e a CASA – CE manifestaram a sua intenção de não ocuparem os seus lugares na Assembleia Nacional, acabaram por rever a sua posição e aceitaram tomar posse, acreditando que a política da cadeira vazia não lhes seria favorável.

Esta decisão dos dois principais partidos da oposição surgiu dias depois do Tribunal Constitucional angolano ter validado os resultados eleitorais. Ambos os partidos justificaram a mudança de posições com a intenção de prosseguir a luta democrática dentro e fora das instituições.

A 26 de setembro decorreu em Luanda a cerimónia de tomada de posse de João Lourenço como Presidente de Angola. Estiveram presentes nesta cerimónia duas dezenas de chefes de estado, nomeadamente, Marcelo Rebelo de Sousa, num momento em que as relações com Portugal atravessam uma fase delicada devido às acusações feitas pelo Ministério público português a várias figuras do regime angolano, nomeadamente ao até agora Vice-presidente de Angola, Manuel Vicente.

Este mal-estar foi notório no discurso do novo Presidente que evitou referir-se a Portugal quando mencionou quais deverão ser os parceiros estratégicos de Angola nos próximos anos.

Apesar de Marcelo Rebelo de Sousa ser o único chefe de estado europeu presente na cerimónia de tomada de posse de João Lourenço, e de Portugal ser a principal origem das importações angolanas,

João Lourenço afirmou que Angola dará primazia à relação com importantes parceiros, tais como Estados Unidos da América, a China, a Rússia, o Brasil, a Índia, o Japão, a Alemanha, a Espanha, a França, a Itália, o Reino Unido, a Coreia do Sul e outros parceiros não menos importantes, na base dos princípios da não-ingerência nos assuntos internos e na reciprocidade de vantagens.

Apesar de haver algum otimismo pela renovação que a eleição de João Lourenço implica, a verdade é que o novo Presidente não terá a vida facilitada nos próximos tempos.

Em termos económicos, a situação em Angola não está bem. Em 2016 o crescimento terá sido nulo e para 2017 o Banco Mundial prevê um crescimento de apenas de 1,2%, o qual poderá descer para menos de 1% em 2018.

A confirmação desta situação surgiu nos últimos meses, com várias agências de notação financeira a descerem o rating de Angola para terreno considerado como investimento especulativo. A Moody's colocou a notação de Angola em B1, com outlook negativo, a Standard & Poor's atribuiu-lhe B- com perspectiva estável e a Fitch colocou o rating de Angola em B com outlook negativo.

O novo Presidente terá que promover a tão desejada diversificação económica para que Angola não fique refém das exportações do petróleo. Apesar de ser dos maiores produtores africanos de petróleo, com cerca de 2 milhões de barris diários, a queda do preço deste bem teve consequências imediatas para a economia do país.

Apesar de ser evidente que as exportações petrolíferas continuarão a ser o motor da economia angolana, o novo Presidente pretende apostar na diversificação da economia promovendo novos setores, nomeadamente, a agricultura e os serviços, os quais têm uma enorme margem de crescimento, não só para colmatar deficiências internas, como também com potencial exportador.

Paralelamente à promoção da diversificação económica, João Lourenço pretende cativar mais investimento externo, e para tal irá promover as suas promessas eleitorais de maior transparência e de luta contra corrupção, condições indispensáveis para melhorar a imagem do país.

Uma outra dificuldade que se antevê para o mandato de João Lou-



renço tem a ver com as limitações a que estará sujeito decorrentes das últimas decisões do seu antecessor. Por um lado, José Eduardo dos Santos manterá a liderança do MPLA, o que lhe permitirá manter um enorme grau de influência sobre a ação governativa e, por outro, áreas essenciais da economia do país, como o Fundo Soberano do país e a companhia petrolífera nacional, a SONANGOL, estarão sob influência dos seus filhos, dificultando a margem de manobra de João Lourenço.

Logo após a sua tomada de posse, o novo Presidente angolano deu a conhecer o seu governo. Se, por um lado, continuou a ter uma dimensão semelhante ao Governo de Eduardo dos Santos, por outros, foi notória a intenção de renovação dos ministros. No conjunto dos 30 ministros, apenas 9 se mantêm no cargo. A lista dos novos ministros é a seguinte:

- Manuel José Nunes Júnior, Ministro de Estado e do Desenvolvimento Económico e Social;
- Pedro Sebastião, Ministro de Estado e Chefe da Casa de Segurança do Presidente da República;
- Frederico Manuel dos Santos e Silva Cardoso, Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República;
- Salviano de Jesus Sequeira, Ministro da Defesa Nacional;
- Ângelo de Barros da Veiga Tavares, Ministro do Interior;
- Manuel Domingos Augusto, Ministro das Relações Exteriores;
- Augusto Archer de Sousa Mangureira, Ministro das Finanças;
- Adão Francisco Correia de Almeida, Ministro do Território e Reforma do Estado;
- António Rodrigues Afonso Paulo, Ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social. Este Ministro foi demitido apenas uma semana depois por ter faltado à tomada de posse. Foi substituído por Jesus Faria Maiato;
- Marcos Alexandre Nhunga, Ministro da Agricultura e Florestas.
- Bernarda Gonçalves Martins Henriques da Silva, Ministra da Indústria;
- João Baptista Borges, Ministro da Energia e Águas;
- Diamantino Pedro Azevedo, Ministro dos Recursos Minerais e Petróleos;
- Augusto da Silva Tomás, Ministro dos Transportes;
- Manuel Tavares de Almeida, Ministro da Construção e Obras Públicas;
- Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto, Ministra das Pescas e do Mar;
- José Carvalho da Rocha, Ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação;
- Ana Paula Chantre Luna de Carvalho, Ministro do Ordenamento do Território e Habitação;
- Pedro Luís da Fonseca, Ministro da Economia e Planeamento;
- Maria do Rosário Bragança Sambo, Ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Maria Cândida Teixeira, Ministra da Educação;
- Sílvia Paula Valentim Lutucuta, Ministra da Saúde;
- Maria Ângela Teixeira de Alva Sequeira Bragança, Ministra da Hotelaria e Turismo;
- Victória Francisco Correia Conceição, Ministra da Ação Social, Família e Promoção da Mulher;
- Carolina Cerqueira, Ministra da Cultura;
- Ana Paula Sacramento Neto, Ministra da Juventude e Desportos;
- Aníbal João da Silva Melo, Ministro da Comunicação Social;
- João Ernesto dos Santos "Liberdade", Ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria;
- Jofre Van-Dúnem Júnior, Ministro do Comércio;
- Paula Cristina Francisco Coelho, Ministra do Ambiente;



Exploração de Gás Natural em Moçambique

Depois de vários adiamentos e algumas dúvidas, o Governo moçambicano assinou, em agosto, com o consórcio liderado pela multinacional italiana ENI e pela norte-americana Anadarko, os contratos referentes à concessão do terminal marítimo de Gás Natural Liquefeito nas Áreas 1 e 4 da Bacia do Rovuma, no norte do país.

A assinatura destes acordos era essencial para que pudesse arrançar a construção das infraestruturas destinadas à extração do Gás Natural Liquefeito (GNL) na Bacia do Rovuma. Se os trabalhos programados decorrerem dentro do previsto, a produção de GNL em Moçambique deverá começar em 2022. Numa primeira fase, as duas entidades levarão a cabo investimentos de vários milhares de milhões de USD que prometem revolucionar o norte do país.

De acordo com dados prévios, em fase de plena produção espera-se que a Área 1, atribuída à Anadarko, poderá vir a produzir 12 milhões de toneladas de gás por ano. No caso da Área 4, atribuída à ENI, espera-se uma produção 3,5 milhões de toneladas por ano no offshore, e de 10 milhões de toneladas por ano no onshore.

A assinatura destes acordos representa um momento histórico para Moçambique. Os ganhos que o país poderá encaixar com estes acordos irão alterar significativamente a situação económica e financeira de Moçambique, permitindo que o país consiga sair da atual crise em que se encontra.

Depois de vários anos a lidar com uma crise económica, agravada por situações como a das dívidas ocultas e a diminuição do apoio internacional, Moçambique poderá gerar rendimentos suficientes para levar a cabo uma verdadeira transformação do país, com a consequente melhoria das condições de vida das populações.

Os efeitos desta mudança deverão começar-se a sentir no norte do país, zona onde a extração será feita, mas deverão alargar-se a todo o país. Tanto a ENI como a Anadarko já anunciaram a sua intenção e apoiar diversos projetos destinados a melhorar as condições de vida das populações moçambicanas.

De acordo com responsáveis do consórcio liderado pela ENI, que inclui a petrolífera portuguesa GALP, a Corporação Nacional de Petróleo da China (CNPC), a sul-coreana Korea Gas (Kogas) e a moçambicana Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, o governo moçambicano deverá receber, ao longo dos próximos 25 anos, cerca de 16 mil MUSD

referentes a receitas fiscais, royalties e lucros apenas referentes à exploração e gás natural no Coral Sul dentro da área 4. Noutra zona desta área, o campo de Mamba, as receitas moçambicanas deverão ascender aos 50 mil MUSD.

Apesar de esta notícia ser extremamente positiva para o futuro de Moçambique, o país tem que se preparar para poder utilizar da melhor maneira possível os fundos que receberá. De acordo com o Presidente Nyusi é necessário que estas receitas sejam utilizadas para retirar Moçambique da lista de países mais pobres do mundo e promover um desenvolvimento sustentável do país.

Infelizmente, vários são os exemplos em África de países que, apesar de terem abundantes riquezas, nomeadamente minerais, não conseguem potencializar essa mais-valia em favor do desenvolvimento das suas populações. No entanto, também há casos positivos em que tal foi possível, como é o caso do Botswana com a exploração de diamantes.





Supremo Tribunal do Quênia Anula Eleições

Na sequência da contestação feita pela oposição e das provas apresentadas, o Supremo Tribunal do Quênia anulou os resultados das eleições presidenciais de 8 de agosto que tinham dado a vitória a Uhuru Kenyatta.

O Supremo Tribunal justificou a sua decisão nas provas recolhidas que demonstram terem existido irregularidades, cometidas pela Comissão Nacional de Eleições, que terão sido suscetíveis de terem alterado o resultado final. Esta decisão do Supremo Tribunal surge na sequência das queixas relatadas pela oposição que apresentou provas de que os votos eletrónicos tinham sido manipulados a favor de Kenyatta.

De acordo com os prazos estipulados pela Constituição queniana, que afirma que novo ato eleitoral deverá ocorrer 60 dias após o primeiro, novas eleições teriam que ter lugar a 17 de outubro. Porém, a menos de um mês da realização da nova eleição presidencial, a Comissão Eleitoral do Quênia considerou que a data podia ser alterada devido a problemas logísticos relacionadas com a realização de novas eleições.

A OT-Morpho, a empresa francesa de segurança digital e identificação biométrica que forneceu equipamentos para a votação eletrónica, anunciou que não conseguiria ter todo o equipamento operacional a 17 de outubro. Perante esta situação, as autoridades quenianas decidiram realizar o novo ato eleitoral a 26 de outubro.

Nas eleições de 8 de agosto, Uhuru Kenyatta tinha sido declarado vencedor com 54,27% dos votos, contra os 44,74% obtidos por Raila Odinga, candidato da principal coligação da oposição, a National Super Alliance (NASA). Com estes resultados, Odinga foi derrotado, pela quarta vez nas eleições presidenciais, depois de ter concorrido às eleições de 1997, 2007 e 2013.

Esta decisão de anular as eleições e repeti-las foi aceite tanto por Kenyatta como por Odinga. No caso da oposição consideraram que esta decisão do Supremo Tribunal marcará um dia histórico em África, uma vez que, pela primeira vez na história da democracia africana, um tribunal tomou a decisão de anular a eleição irregular de um Presidente. É uma decisão que estabelecerá um precedente.

Embora tenha ficado satisfeito com a decisão, Raila Odinga alertou para a necessidade de se procederem a alterações na composição da Comissão Nacional de Eleições de Quênia de modo a evitar a repetição das irregularidades.

Por outro lado, alertou, também, para o comportamento dos observadores internacionais, os quais tinham considerado as eleições livres e justas apesar das queixas da oposição.

A presença de missões de observação eleitoral internacionais deveria assegurar, por um lado, um acompanhamento de todo o processo eleitoral, desde o recenseamento, campanha, votação, contagem e divulgação dos resultados. O envio de Missões que não tenham estas características, pode fazer com que se estejam a legitimar processos, como o queniano, que claramente não cumpriu os princípios de umas eleições livres e transparentes.

Apesar dos custos inerentes à repetição das eleições, esta decisão do Supremo Tribunal queniano é, sem dúvida, um marco histórico que deve ser aplaudido. Num continente onde tantas eleições foram marcadas por graves atropelos à verdade democrática, a decisão queniana será considerada um exemplo a seguir.

Também o papel desempenhado pelo Supremo Tribunal queniano deve ser louvado. Em muitos países africanos os tribunais apenas confirmam as decisões do poder político instituído, numa clara conveniência de interesses. No Quênia foi possível verificar a existência de um poder judicial, verdadeiramente independente do poder político, capaz de assumir decisões que não agradam aos poderes instituídos.

Toda esta realidade foi saudada pela União Africana que, através do seu Presidente, o chefe de Estado da Guiné-Conacri, Alpha Condé, classificou a decisão inédita de anular o escrutínio e repetir a eleição como uma honra para África.

Esta decisão é ainda mais importante porque no momento em que foi tomada, noutros países africanos, nomeadamente no Togo e no Uganda, o respeito pelos princípios democráticos e constitucionais estão a ser postos em causa.

Apesar desta decisão do Supremo Tribunal queniana e da atenção internacional que conseguiu obter para o processo eleitoral no seu país, Raila Odinga comunicou, a 10 de outubro, que se retirava do processo eleitoral porque não acreditava que o mesmo fosse livre e justo.

A oposição, liderada por Raila Odinga, tinha condicionada a sua participação nas novas eleições a uma reforma profunda da Comissão Eleitoral, que deveria incluir a saída de vários dos seus responsáveis, o que não veio a acontecer.



Eleições Presidenciais na Libéria

Um total de 20 candidatos concorreram às presidenciais de 10 de outubro na Libéria, marcadas pela ausência da Presidente cessante e Nobel da Paz Ellen Johnson Sirleaf que, por motivos constitucionais, não pode participar na corrida.

Sirleaf foi eleita em 2005 e reeleita em 2011. Ao longo dos seus mandatos conseguiu inverter a situação na Libéria depois de 14 anos de guerra civil que destruíram o seu país. A Libéria viveu duas guerras civis (1989-1996 e 1999-2003) que provocaram mais de 250 mil mortos e milhares de refugiados. O papel que desempenhou foi reconhecido internacionalmente, tendo-lhe sido atribuído o Prémio Nobel da Paz em 2011.

Apontada como a primeira mulher Presidente em África, embora na realidade tenha sido a guineense Carmen Pereira a desempenhar essas funções durante uns dias, deixa a presidência do seu país depois de 12 anos em que conseguiu alguns sucessos, mas também ficou manchada por alguns problemas.

Apesar de ter conseguido estabilizar a situação no país, e melhorar a economia, os seus mandatos não conseguiram travar o avanço da corrupção, o excesso de autoritarismo e clientelismo, o qual ficou bem patente na nomeação do seu filho Charles Sirleaf como Vice-Governador do Banco Central da Libéria ou do seu outro filho, Robert, como Presidente da Companhia Nacional de Petróleo da Libéria.

Nestas eleições os dois milhões de eleitores liberianos podiam escolher entre vários candidatos, nomeadamente, o antigo futebolista, George Weah, que foi derrotado por Sirleaf nas presidenciais de 2005 e que conta com o apoio do Congresso para a Mudança Democrática; o antigo chefe rebelde, Prince Johnson; Joseph Boakai, atual Vice-presidente do país; o empresário, Benoni Urey; o também empresário Richard Miller; o antigo responsável da Coca-Cola para a África, Alexander Cummings, e a antiga manequim MacDella Cooper; Charles Brumskine, líder do Liberty Party e antigo Presidente do Senado e Joseph Mills Jones, líder do Movement for Economic Empowerment e antigo Governador do Banco Central da Libéria.

Para além do afastamento de Sirleaf, estas eleições foram as primeiras nas quais a segurança do evento ficará a cargo apenas das forças de defesa e segurança da Libéria, e já não contaram com a presença dos capacetes azuis da ONU.

Apesar de ser o nome mais conhecido, George Weah, que foi eleito o melhor futebolista do século XX, não partiu como favorito para estas eleições. Esse estatuto foi atribuído ao Vice-presidente do país, Joseph Boakai que contou com o apoio do partido da Presidente Sirleaf, o Partido da Unidade. O favoritismo de Boakai deveu-se aos bons resultados alcançados pela presidência de Sirleaf que promoveram o crescimento económico do país e as melhorias das condições de vida das populações.

Apesar de ter perdido as eleições presidenciais de 2005, Weah voltou a candidatar-se em 2011, mas ao cargo de Vice-presidente, numa aliança com Winston Tubman, sobrinho de William Tubman, que foi Presidente da Libéria entre 1944 e 1971, embora tenham sido derrotados novamente por Sirleaf. Na corrida presidencial deste ano, Weah apresenta como candidata do seu partido ao lugar de Vice-presidente, Jewel Howard Taylor, ex-mulher do Presidente Charles Taylor.

Atualmente, Weah desempenha o cargo de senador, tendo sido eleito pela região de Montserrado após derrotar Robert Sirleaf, filho da atual Presidente.

Para além de Boakai e de Weah, um terceiro candidato que surgia com hipóteses de ter um bom resultado era Charles Brumskine, que contou com o apoio do Partido da Liberdade. Brumskine foi um antigo aliado do Presidente Charles Taylor, de quem acabou por se afastar durante o período da guerra civil.

Com 20 candidatos a concorrerem a estas eleições, era muito difícil que houvesse, logo à primeira volta, um candidato que obtivesse mais de 50% dos votos, o que implicaria a realização de uma segunda volta das presidenciais. A contagem dos votos relevou logo a tendência esperada, ou seja, que tanto Weah como Boakai eram os favoritos dos eleitores.



A Situação Alimentar em África

De acordo com o relatório das Nações Unidas sobre a situação alimentar no mundo em 2016, apresentado pela FAO¹, agência que se ocupa dos assuntos relacionados com a alimentação e agricultura, a fome aumentou depois de mais de uma década a diminuir. Segundo a FAO, em 2016, cerca de 815 milhões de pessoas foram afetadas pela fome, o que representa mais de 38 milhões em relação a 2015.

Este agravamento é explicado por uma conjugação e fatores como são as alterações climáticas, que provocaram um aumento do aquecimento global, o agravamento de alguns conflitos e uma recuperação da economia mundial mais lenta.

Esta realidade é um sério revés para as intenções mundiais expressas na Agenda 2030 e nos objetivos do desenvolvimento sustentável que prevê a erradicação da fome até 2030.

No contexto africano a realidade é diversa. No conjunto dos PALOP, e apesar de condições climáticas adversas em Angola e Moçambique com fortes períodos de seca, a situação melhorou.

Porém, noutros países a situação é bastante grave. Um dos casos mais preocupantes é o Sudão do Sul, onde a guerra civil, aliada às condições climáticas extremas, provocou uma enorme escassez de alimentos e o consequente aumento da fome.

No Sudão do Sul o acesso a alimentos é utilizado como uma arma de guerra. Também a ajuda humanitária está dependente das partes em conflito para poder chegar a quem dela necessita. Este conflito gerou mais de dois milhões de refugiados internos e um milhão de refugiados nos países vizinhos, e estas populações estão totalmente dependentes da ajuda internacional para poderem sobreviver.

Países africanos que, normalmente, não têm sido muito afetados por este flagelo, como é o caso da Nigéria, estão agora a enfrentar este problema. No caso nigeriano esta realidade também se explica pelo conflito que se regista, sobretudo na zona norte do país, levado a cabo por extremistas islâmicos associados ao movimento Boko Haram.

Segundo dados da FAO, em África cerca de 243 milhões de pessoas são afetadas pela fome. Embora não seja o continente em que mais pessoas sofrem de fome, na Ásia cerca de 520 milhões de pessoas estão nessas condições, mas termos percentuais, África é o mais afetado com 20% da população atingida, enquanto na Ásia essa percentagem é de 11,7%.

Esta situação requer especial atenção dos governos nacionais e uma coordenação internacional reforçada. As alterações climáticas provocam já ciclos climáticos extremos, com épocas de grandes secas e curtos períodos de chuvas intensas, que têm favorecido a degradação dos solos.

Segundo as Nações Unidas, regiões como o Norte de África e a África Subsariana, serão das zonas do mundo que mais serão afetadas pela degradação dos solos, situação que se agrava com o crescimento demográfico, o que favorecerá o aumento da pobreza e elevadas perdas de biodiversidade.

Outro dado alarmante apresentado pela FAO no seu relatório tem a ver com a existência de 155 milhões de crianças com menos de cinco anos de idade que sofrem de desnutrição crónica, das quais 122 milhões vivem em países em conflito.

Por outro lado, e ao mesmo tempo que 11% da população mundial passa fome, 13% sofre de obesidade, o que significa que 641 milhões de adultos e 41 milhões de crianças têm peso a mais.



¹ FAO: The State of Food Security and Nutrition in the World 2017. <http://www.fao.org/3/a-17695e.pdf>



Acordo em Moçambique sobre a Eleição dos Governadores

O processo de paz em Moçambique conheceu um avanço significativo a 23 de setembro quando o Governo de Maputo e a RENAMO chegaram a um acordo sobre uma das principais questões de desentendimento, a eleição dos governadores provinciais.

A RENAMO reclamava, há muito tempo, o direito a nomear os governadores nas províncias onde tinha vencido nas últimas eleições. Até agora, o Governo de Maputo tinha rejeitado tal hipótese.

Segundo o acordo agora alcançado, a partir de 2019, os governadores provinciais passam a ser eleitos e não nomeados pelo Presidente da República. Esta decisão não deixa de ser uma vitória para as pretensões da RENAMO.

De acordo com os resultados das últimas eleições, a RENAMO teria vencido, e consequentemente eleitos, governadores em seis províncias do centro e norte do país, nomeadamente, em Tete, Niassa, Zambézia, Nampula, Sofala e Manica.

Este acordo é um passo muito importante em direção ao projeto de descentralização, assunto que a RENAMO sempre reivindicou como condição indispensável para se chegar a um acordo de paz e que a Assembleia Nacional moçambicana irá agora aprovar para entrar em funcionamento já a partir das próximas eleições gerais.

Mas, acima de tudo, esta decisão deve ser saudada como um passo muito importante em direção à paz duradoura em Moçambique. Apesar do país viver já há vários meses numa situação de paz, derivada da trégua declarada pela RENAMO, o acordo definitivo ainda não foi alcançado.

Depois de um período de negociações, mediado por vários parceiros internacionais, e em que os progressos foram muito limitados, as duas partes em confronto decidiram apostar em conversações diretas sem apoios internacionais. Tal solução tem sido mais produtiva.

Em agosto passado, num gesto de clara boa vontade, o Presidente Filipe Nyusi encontrou-se com Afonso Dhlakama no refúgio deste último na Gorongosa. As conversações diretas entre os dois terão permitido desbloquear o processo negocial e avançar para a resolução de vários temas que estavam a bloquear os avanços, em que a questão da descentralização era um deles.

Se a decisão de eleger diretamente os governadores provinciais pode ser visto como uma vitória negocial da RENAMO, o lado governamental também sai deste processo com a sua posição reforçada, não só porque ao ceder a esta reivindicação permitiu que as negociações avançassem, como também terá ficado com argumentos para conseguir que a RENAMO ceda em outros pontos que possam vir a facilitar a assinatura de um acordo final.

Presidente da RAC pede Reforço da MINUSCA

O Presidente da República Centro Africana (RAC), Faustin Archange Toudéra, apelou, em setembro durante a Assembleia Geral da ONU, a um reforço dos efetivos militares que compõem a Missão de Manutenção de paz da ONU na República Centro-Africana (MINUSCA).

A RAC tem vivido períodos de grande instabilidade política e militar. Em 2012 o clima de instabilidade atingiu o seu momento mais grave quando as milícias muçulmanas Seleka lançaram uma série de ataques com o objetivo de conquistar o poder no país. A reação da população cristã, através das milícias anti-balaka, lançou o país numa guerra civil. Com vista a travar o conflito, forças francesas foram destacadas para o país ao abrigo da operação Sangaris.

Mais tarde, a ONU criou a MINUSCA para estabilizar a situação no país e proceder ao desarmamento das fações em confronto e reintegrar os milicianos na vida civil. Para alcançar este fim, a RCA conta com o apoio do Banco Mundial que disponibilizou 45 MUSD para desmobilizar 5 mil milicianos.

Atualmente, a MINUSCA é composta por 12 mil capacetes azuis, dos quais 160 são portugueses, 156 oriundos do Exército, entre os quais 111 Comandos, e quatro elementos da Força Aérea.

O Presidente Toudéra considera que apenas esta força é capaz de garantir a paz e a estabilidade no seu país, razão pela qual apelou



à ONU não só para manter o atual número de capacetes azuis, como aumentá-lo.

Segundo Toudéra, o exército nacional ainda não está em condições de garantir a segurança do país, uma vez que a criação de um exército único, que junte muçulmanos e cristãos, ainda não foi concluído. Esta decisão deverá ser tomada pelo Conselho de Segurança da ONU em novembro próximo.

XI Congresso da FRELIMO

A FRELIMO realizou, entre os dias 26 de setembro e 1 de outubro, o seu XI congresso. Sob o lema “Unidade, Paz e Desenvolvimento”, este congresso assumiu especial importância devido às mudanças que se esperava que se viessem a introduzir e ao momento particular em que vive Moçambique, que apesar da crise económica, a crise das dívidas ocultas, poderá ter um futuro bastante risonho fruto da exploração do gás natural.

Durante o congresso, que contou com 1.200 delegados de todo o país e observadores de 24 delegações estrangeiras, o atual Presidente, Filipe Nyusi foi reeleito Presidente do partido, tendo obtido 99% dos votos, e foi nomeado candidato da FRELIMO às próximas eleições presidenciais.

A importância deste congresso deriva do fato de ser daqui que saem as diretivas que irão orientar a FRELIMO nos próximos anos, através da aprovação do plano quinquenal, e, como partido do poder, estas diretivas darão a ideia de como é que o país será governado a partir de 2019.

Depois de escolherem o Presidente do partido, os delegados ao congresso elegeram o Comité Central, a Comissão Política e o Secretariado, incluindo o secretário-geral do partido. O Comité Central tem 230 membros e inclui ainda, por inerência, membros de organizações internas. Depois de eleito, este órgão escolheu a nova

Comissão Política, composta por 15 elementos e liderada pelo Presidente da FRELIMO.

Para todos os órgãos (Comité Central, Secretariado e Comissão Política) foi seguido o princípio de renovação de 40% da composição de cada um destes órgãos com o objetivo de captar a população mais jovem.

O XI congresso da Frelimo definiu ainda o programa do partido para as eleições autárquicas de 10 de outubro de 2018 e para as eleições gerais de 2019.

No discurso de abertura do Congresso, o Presidente do partido, Filipe Nyusi, referiu que as prioridades do país são a paz, a intensificação do diálogo, a unidade nacional e o desenvolvimento equilibrado de Moçambique. Enquadrou, neste contexto, a recente decisão de eleições diretas para os governadores das províncias como uma aposta em direção à descentralização do país, ao mesmo tempo que dava resposta a uma das principais reivindicações da RENAMO nas negociações de paz.



Choque entre Anglófonos e Francófonos nos Camarões

A convivência entre anglófonos e francófonos nos Camarões voltou a degradar-se com novas ameaças de independência por parte da zona anglófona.

Esta tensão tem conhecido várias fases ao longo da história dos Camarões. A origem desta crise está na época colonial. Em 1884, o atual território dos Camarões ficou sob domínio alemão.

Após a primeira guerra mundial, e na sequência da derrota alemã, as suas colónias foram divididas pelas potências vencedoras. No caso dos Camarões, o território foi dividido entre franceses e britânicos.

Em 1960, a parte dos Camarões administrada pelos franceses tornou-se independente dando lugar à República dos Camarões sob a presidência de Ahmadou Ahidjo. A parte dos Camarões Britânicos, que corresponde à zona sul do país, fundiu-se com o Camarões francês, em 1961, para formar a República Federal dos Camarões. Mais tarde, em 1984, o país adotou o atual nome de República dos Camarões.

Ao longo dos anos, a parte anglófona sentiu-se sempre marginalizada pela parte francófona que, na maior parte do tempo, assumiu o poder no país. A minoria anglófona representa cerca de 20% do total populacional de 22 milhões de habitantes dos Camarões.

A atual crise surgiu em novembro de 2016 quando o Tribunal Militar de Yaoundé decidiu manter na prisão, Barrister Balla e Fontem Neba, dois dos 27 líderes presos nas províncias anglófonas do país, consideradas bastiões tradicionais da oposição contra o regime do Presidente Paul Biya, que está no poder há 35 anos, e cujas populações são acusadas de apoiar a rebelião e o terrorismo.

O motivo concreto para esta contestação está relacionado com a pretensão de várias classes profissionais, nomeadamente advogados e professores, de poderem utilizar o inglês na sua vida profissional.

A crescente contestação levou a que as populações anglófonas apelassem à independência das suas províncias, recuperando as fronteiras que tinham na época colonial. Para os mais moderados, a solução passa pela transformação dos Camarões num estado federal.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica

Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação

Porta de Comunicação

Tiragem

500 exemplares

Impressão

Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05